Resoluções dos Órgãos do Município e Despachos de Processos

Lousada Século XXI-Atividades Desportivas e Recreativas, E.M. Exercício de 2011

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2011

O presente Relatório foi elaborado no âmbito da apresentação dos documentos de prestação de contas, preparados com referência a 31 de Dezembro de 2011, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 29º, para efeitos do seu nº 1, da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o "regime jurídico do sector empresarial local".

NOTA INTRODUTÓRIA:

A Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, E.M., empresa municipal cujo capital social é detido na totalidade pela Câmara Municipal de Lousada, foi constituída por escritura de 26.01.1999, no âmbito da Lei nº 58/98 de 18 de Agosto, Lei das Empresas Municipais e Intermunicipais e Regionais, entretanto revogada pela Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o "regime jurídico do sector empresarial local". Mediante a adequação dos estatutos suscitada por esse diploma, a Empresa passou a ter como objecto social a concepção, construção, gestão, promoção e concessão de equipamentos e instalações desportiva e outros equipamentos colectivos, designadamente recreativos e culturais, a promoção, realização e a prestação de serviços desportivos, recreativos e culturais, a divulgação do património histórico e cultural e a criação de estruturas de apoio aos cidadãos mais desfavorecidos. Inclui-se no objecto social todas as actividades acessórias, complementares ou subsidiárias, indispensáveis para o desenvolvimento das actividades acima previstas, designadamente a constituição e dinamização de clubes e associações desportivas, com vista, entre outros, à sensibilização para a prática desportiva e à ocupação dos tempos livres.

O presente Relatório de Gestão e as Contas do exercício são apresentadas pelo Conselho de Administração, nomeado em Assembleia Geral em 17 de Novembro de 2009 (depois de deliberação prévia do Órgão Executivo do Município de Lousada, na sua reunião de 16/11/09), cuja tomada de posse lhe foi conferida nesta mesma data, para o quadriénio de 2010 a 2013.

1. EVOLUÇÃO DA GESTÃO

1.1. CONDIÇÕES INTERNAS E DE MERCADO:

A crise económico-financeira que o país tem vindo a atravessar está a afectar a evolução desta Empresa, devido à existência de condicionantes económicas resultantes da precariedade de emprego e respectivo aumento de desemprego, aumentos constantes dos combustíveis, provocando e gerando receios de instabilidade económica nos utentes. No entanto, e na sequência dos esforços nas campanhas de captação de utentes e na introdução de novas modalidades, a Empresa conseguiu, neste ano de 2011, aumentar o número de frequências em cerca de 3,6 %, relativamente a igual período do ano anterior, tendo atingido cerca de 255.000 frequências.

A Administração tem tentado assegurar um elevado nível quantitativo e qualitativo na satisfação dos utentes. Apesar do elevado custo, a Empresa tem efectuado obras de manutenção, o que tem permitido manter instalações do complexo em bom estado de conservação.

O nosso lema será sempre de continuar a proporcionar aos utentes as melhores condições para a prática de diferentes modalidades existentes. Continuamos preocupados com as constantes subidas do preço do gás e da electricidade, aguardando que os responsáveis, através do financiamento do novo quadro comunitário de apoio, possam disponibilizar participações que permitam a elaboração de projectos e respectiva execução dos mesmos, para a utilização e recurso a energias alternativas.

1.2. INVESTIMENTOS:

O total dos investimentos previstos para 2011 nos Instrumentos de Gestão Previsional ascendia a 514.870 Euros, dos quais 382.000 Euros eram referentes à instalação de painéis solares, investimento a ser efectuado no âmbito de candidatura apresentada ao Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento do Programa Operacional da Região Norte – o Novo Norte, sendo que o incentivo a fundo perdido será de 70% do seu valor. O valor deste investimento inclui o caderno de encargos e as obras necessárias na casa das máquinas para permitir a obtenção do certificado requerido na candidatura. A apresentação da presente candidatura implica que os Edifícios que compõem o Complexo não possam ser transferidos para a posse do Município, conforme vem sendo estudado, durante um prazo nunca inferior a um ano. Esta candidatura já foi apresentada em finais de 2010, mas ainda se está a aguardar o respectivo despacho. Por outro lado, atendendo à conjuntura económica aliada ao facto de haver poucas disponibilidades financeiras, os investimentos efectuados limitaram-se a satisfazer apenas as necessidades indispensáveis para resolução de casos pontuais, a saber:

Em Edifícios:

Foi efectuado o investimento de 2.126 Euros em grelhas de escoamento de águas nas piscinas. 887 Euros na execução de portas e 359 euros em azulejos.

Em Equipamento Básico:

Em 2011 foi investido o valor de 12.346 euros, sendo 3.373 euros em diversas beneficiações na piscina, 1.897,63 euros na aquisição de um gerador de vapor para o banho turco, 934 euros na aquisição de duas bombas doseadoras de filtros, 803 euros em misturadoras termóstato, 482 euros num alarme, 241 euros em equipamento de aeróbica, 175 euros em dez colchões para o ginásio, 800 euros em duas plataformas vibratórias, 475 euros em material para kickboxing, 1.626 euros numa eliptical, 804 euros num permutador de calor, 363 euros num quadro de comandos com programas para sauna e turco, 224 euros num aspirador e 128 euros num secador de cabelo.

Em Equipamento Administrativo:

Os investimentos nesta área foram de 2.885 Euros, dos quais 2.335 Euros em três impressoras e 650,00 Euros na aquisição de estores.

Em Activos Intangíveis:

Foi efectuado o investimento de 132 Euros na aquisição de um programa anti-vírus.

Assim, o valor total de investimentos em 2011, foi de 15.363 Euros.

1.3. GASTOS, RENDIMENTOS E O RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:

Os custos gastos suportados totalizaram 986.035 euros, dos quais se destacam 312.144 euros com gastos com o pessoal (dependente), 439.264 euros com fornecimentos e serviços externos (constituídos essencialmente por 137.967 euros de honorários pagos aos monitores das diversas actividades, 68.896 euros de electricidade, 128.204 euros de gás para aquecimento, 5.724 euros de limpeza e higiene, 6.617 euros de ferramentas e utensílios, 5.313 euros de água, 5.318 euros de tratamento do relvado, 11.174 euros de conservação e reparações, 6.755 euros de tratamento da água da piscina e 1.500 euros em análises microbiológicas à água da piscina, entre outros gastos, e 191.907 euros em depreciações e amortizações, para um total de rendimentos gerados com a actividade de 655.054 euros e de 29.709 euros com a venda de mercadorias no bar e artigos de desporto.

A margem de venda de mercadorias não registou variações significativas em relação a igual período do ano anterior, situando-se nos 40% sobre o preço de venda, tendo o volume das vendas de mercadorias diminuído em cerca de 8%, relativamente ao registado em 2010.

Os fornecimentos e serviços externos registaram uma ligeira diminuição de cerca de 5.787 euros o que representa um decréscimo de cerca de 1% relativamente ao ano anterior.

Dentre as rubricas destes gastos, referimos os que registaram aumentos mais significativos, em relação ao ano anterior: o gás, cujo aumento foi de cerca de 21.880 euros e a água que registou um aumento de cerca de 1.440 euros.

Em contrapartida, verificaram-se diminuições, relativamente ao exercício anterior, das quais se destacam: a electricidade, cujo decréscimo ascendeu a cerca de 2.578 euros, a assistência técnica que diminuiu em 1.665 euros, a conservação e reparação que registou uma diminuição de 16.941 euros, os gastos com contenciosos e notariado diminuíram cerca de 1.662 euros, as ferramentas e utensílios tiveram um decréscimo de 1.851 euros e os gastos com o Clube Lousada Séc. XXI cuja diminuição foi de 5.926 euros, essencialmente devido ao facto de grande parte das provas ocorridas em 2011 se terem realizado mais no Norte do país.

Os gastos com o pessoal diminuíram em cerca de 19.990 euros, representando um decréscimo relativo de cerca de 6%, em relação ao exercício anterior. Esta diminuição reporta-se em grande parte à suspensão e/ou redução do subsídio de férias a pagar em 2012, nos termos do artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro e da saída de um funcionário no mês de Agosto.

Os impostos ascenderam a 14.564 euros, valor que se pode considerar como de estabilidade relativamente ao ano anterior, já que em 2010 o seu valor foi de 14.117 euros. Refere-se que a rubrica que mais contribui para o montante dos impostos é a do IMI que representa cerca de 90% do valor total. Os outros gastos e perdas registaram um ligeiro aumento de cerca de 415 euros.

As depreciações e as amortizações do exercício ascenderam a 191.907 euros, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano anterior de cerca de 4.589 euros. O total dos rendimentos de exploração ascendeu a 684.763 euros, o que representou uma diminuição em cerca de 31.764 euros em relação ao ano anterior, e o subsídio à exploração foi de 70.500 euros, tendo registado uma diminuição de 67.000 euros, o que representa uma quebra de quase 49% em relação ao subsídio à exploração atribuído em 2010, que foi de 137.500 euros. Não se constituíram quaisquer provisões ou perdas por imparidade por se entender não serem necessários. Os gastos financeiros foram de 6.764 euros, registando um aumento de 2.319 euros em relação ao ano anterior. Os outros rendimentos ou ganhos ascenderam a 62.661 euros, registando um aumento de cerca de 30.383 euros em relação ao ano anterior, aumento que de deve, essencialmente, à regularização que a empresa efectuou, na sua declaração periódica de Janeiro 2011, a seu favor, do IVA que havia calculado na utilização do prorata desde Janeiro de 2007 a 2010, na sequência de referido ponto 2. O total dos gastos e perdas teve uma diminuição relativamente ao exercício anterior de 30.063 euros, dos quais cerca de 66% se referem à diminuição dos gastos com o pessoal. O resultado líquido do período é negativo de 162.173,11 euros, valor que em 2010 havia sido também negativo de 124.656,70 euros.

1.4. SITUAÇÕES PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO:

As contas de 2008 e 2009 não foram publicitadas no Jornal Terras do Vale do Sousa, dado o seu elevado custo, mas foram publicitadas no boletim municipal, como obriga o art.º 29º da Lei 53-F/2006. De igual modo, não foi feito ainda o registo do edifício do complexo na Conservatória do Registo Predial. Em 25 de Março de 2008, a empresa foi notificada do Projecto de Correções do Relatório de Inspeção realizado pelos Serviços de Inspeção Tributária que propõe uma liquidação de IVA, sobre os subsídios recebidos da CML, nos montantes anuais de 25.175 Euros, 31.875 Euros, 28.875 Euros e 28.875 Euros, respectivamente, referente aos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, totalizando 114.800 Euros, a que acrescem 8.793 Euros de juros. Para a prossecução do objecto social da Lousada Séc. XXI, a Câmara Municipal de Lousada concede subsídios anualmente, com vista ao equilíbrio da exploração e estes subsídios são contabilizados como "subsídios à exploração" não sendo objecto de tributação em IVA por se entender que não se enquadram no disposto no nº 5, alínea c) do art.º 16º do CIVA. Contra este procedimento insurge-se a Inspeção Tributária por entender que os mesmos estão sujeitos a IVA, o que não é o entendimento da Empresa. Na sequência foi exercido o Direito de Audição em 2 de Abril de 2008, conforme o disposto nos artigos 60º da LGT e 60º do RCPIT, tendo sido recebido o Relatório/ Conclusões da Inspeção Tributária por ofício datado de 15/4/08. A Empresa por não concordar com a liquidação do IVA apresentou reclamação graciosa em 31/07/2008 e prestou garantia bancária a favor da direcção Geral dos Impostos, até 158.482,84 euros, em 24/11/08. Em 18/03/09 a instituição foi notificada do indeferimento da reclamação graciosa e em 2/04/09 fez dar entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel a impugnação judicial. Em 22/7/09 a Representante da Fazenda Pública apresentou ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel a sua contestação. Embora a Empresa já tivesse sido notificada por mais de que uma vez com vista à inquirição de testemunhas, as audiências não chegaram a concretizar-se, por adiamento. Em 19 de Agosto de 2010, a empresa foi notificada do Projecto de Correções do Relatório de Inspeção rea-

lizado pelos Serviços de Inspeção Tributária que propõe uma liquidação de IVA, sobre os subsídios recebidos da CML, com os mesmos fundamentos e justificações que estiveram na origem do processo anteriormente referido, nos montantes anuais de 28.275 € e 27.500 €, respectivamente, referente aos anos de 2008 e 2009, totalizando 55.775 euros, a que acrescem juros no montante de 3.347 euros. O Relatório/ Conclusões da Inspeção Tributária foi recebido, em 17 de Setembro de 2010 por ofício datado de 16/9/10. A Empresa apresentou a correspondente impugnação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, em 22 de Dezembro de 2010. Entretanto, por Ofício datado de 11 de Maio de 2011 da Direcção de Finanças do Porto, o mandatário da Empresa foi notificado que, por despacho de 10 de Maio de 2011, foram revogados, na totalidade, os actos tributários impugnados, bem como as liquidações dos correspondentes juros compensatórios, nada sendo devido pela Empresa relativamente ao presente processo.

1.5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL:

O plano de actividades, orçamento de tesouraria e demais demonstrações que compõem os instrumentos de gestão previsional para 2012, apresentados pela Administração em 14 de Dezembro de 2011, foram aprovados em reunião da Câmara Municipal de 16 de Janeiro de 2012 e em Assembleia Geral da Empresa de 20 de Janeiro 2012.

1.6 REGULARIZAÇÃO DO IVA:

No que concerne ao IVA dedutível, a Empresa vinha utilizando, até final de 2010, o método de percentagem de dedução (prorata), com base no enquadramento preconizado pela Administração Fiscal, o qual com a publicação das orientações veiculadas pelo ofício circulado n.º 30103 de 23 de Abril, da DGI, passou a permitir a dedução da integralidade do imposto tendo em consideração que a empresa liquida IVA na totalidade das vendas efectuadas e dos serviços prestados. Não obstante, tendo em consideração que se encontravam pendentes os processos das liquidações adicionais de IVA, entendeu-se como medida de prudência manter o prorata, tendo como certo que os valores liquidados neste enquadramento seriam compensados com os montantes das liquidações adicionais. Contudo, em Março de 2011, foi esclarecido pelos advogados responsáveis pelos processos de impugnação que os valores já pagos através do prorata não poderiam ser recuperados no âmbito dos actos impugnados. Face à situação e com base em várias opiniões especializadas e do conhecimento de pareceres sobre realidades idênticas à da Empresa, emitidos pela Direcção Geral dos Impostos (DGI), foi decidido proceder à regularização a favor da Empresa do IVA suportado dos 4 anos anteriores. Deste modo, a Empresa, na sua declaração periódica de Janeiro 2011, regularizou a seu favor o IVA que havia calculado na utilização do prorata desde Janeiro de 2007 a 2010, como de seguida se detalha:

REGULARIZAÇÃO DO IVA NÃO DEDUZIDO EM 2007, 2008, 2009 E 2010

Meses	2007	2008	2009	2010	TOTAL GERAL
Jan	378,90	1.015,88	760,79	896,65	
Fev	938,41	0,00	1.055,43	859,46	
Mar	830,13	1.089,15	824,18	959,27	
Abr	895,31	968,05	941,90	965,99	
Mai	823,27	1.043,82	780,07	1.057,19	
Jun	861,90	1.091,84	762,26	760,69	
Jul	707,57	734,63	982,80	571,93	
Ago	733,82	700,27	432,18	569,02	
Set	843,42	979,85	802,75	663,57	
Out	655,62	1.035,58	784,93	784,24	
Nov	1.173,69	708,19	1.088,56	889,10	
Dez	957,48	836,10	-222,46	565,54	
TOTAL	9.799,52	10.203,36	8.993,39	9.542,65	38.538,92

Entretanto, e relativamente ao IVA não deduzido pela aplicação do prorata às aquisições de activos fixos tangíveis durante o ano de 2010, a Empresa corrigiu o valor dessas aquisições, expurgando o IVA que as estava a

onerar, relevando-o na conta de IVA suportado, tendo-o deduzido na declaração periódica de Março de 2011, valor que foi de 1.374,91 euros.

Refere-se que o IVA não deduzido pela aplicação do prorata às aquisições de activos fixos tangíveis dos anos de 2007, 2008 e 2009 não foi objecto de regularização/ dedução, face à complexidade deste procedimento pelas depreciações já contabilizadas.

2. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Para além da aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional de 2012 referida no ponto 1.5 acima, não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2011.

3. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE:

A empresa continuará a promover a melhoria das condições de utilização dos serviços aos utentes, quer em qualidade quer em diversidade, procurando ao mesmo tempo, com o apoio do Município de Lousada, manter o equilíbrio da tesouraria, não deixando de perseguir o objectivo de equilíbrio da exploração.

Com vista a atingir este último objectivo, essencial para a manutenção da actividade da Empresa no longo prazo, o Conselho de Administração mantém em análise a possibilidade da transferência do património imobiliário que compõe o complexo das piscinas para a Câmara Municipal de Lousada. Contudo, a candidatura apresentada ao Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento do Programa Operacional da Região Norte – o Novo Norte, vem condicionar a transferência dos Edifícios que compõem o Complexo para a posse do Município, conforme vem sendo estudado.

4. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO, A SEGURANÇA SOCIAL E OS TRABALHADORES:

Não obstante as situações de contencioso fiscal acima apresentadas, a empresa tem a convicção de que tem vindo a cumprir pontualmente as suas obrigações perante o Estado, e perante a Segurança Social e os trabalhadores.

5. SITUAÇÃO PERANTE OUTROS FORNECEDORES:

A Empresa tem vindo a procurar cumprir dentro das condições de compra junto dos seus fornecedores.

6. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS:

Não possuímos nem alienamos quotas próprias.

7. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES:

Não houve negócios entre a Empresa e os seus Administradores.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

Propomos que o Resultado Líquido negativo de 162.173,11 euros (cento e sessenta e dois mil, cento e setenta e três euros e onze cêntimos), apurado no presente exercício, seja transferido para "Resultados transferidos".

Lousada, 12 de Março de 2012

A Presidente do Conselho de Administração:

(*Antónia Maria Gomes Marques Leal Fonseca*)

O Vogal do Conselho de Administração:

(*António de Sousa Ribeiro Pacheco*)

O Vogal do Conselho de Administração:

(*Fernando Manuel Pereira Costa Sampaio*)

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2011			
RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	7	2.210.425,59	2.385.439,49
Activos Intangíveis	6	1.706,71	3.236,76
		2.212.132,30	2.388.676,25
Activo corrente			
Inventários	10	1.178,18	1.900,91
Clientes	9.14.2	5.277,36	16.046,49
Estado e Outros Entes Públicos	17.1	8.954,45	60.128,04
Outras contas a Receber	14.3	26.460,19	64.940,60
Diferimentos	17.2	4.538,60	4.627,42
Caixa e Depósitos Bancários	4	440,06	460,18
		46.486,64	148.213,64
TOTAL DO ACTIVO		2.258.618,94	2.536.889,89
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	17.3	3.840.743,81	3.840.743,81
Reservas Legais	17.3	5.958,44	5.958,44
Outras Reservas	17.3	9.975,96	9.975,96
Resultados Transladados	17.3	-1.821.384,23	-1.689.765,19
Outras Variações no Capital Próprio	17.3	96.127,32	105.492,22
		2.131.421,20	2.272.405,24
Resultado Líquido do Período		-162.173,11	-124.656,70
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1.969.248,09	2.147.748,54
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivos por Impostos Diferidos	12.13.2	32.042,44	35.164,07
		32.042,44	35.164,07
Passivo corrente			
Fornecedores	14.4	34.607,47	66.306,70
Estado e Outros Entes Públicos	17.1	34.544,98	21.505,10
Financiamentos Obtidos	14.5	113.382,56	153.714,41
Outras Contas a pagar	14.6	74.099,25	111.386,32
Diferimentos	17.2	694,13	973,75
		257.328,41	353.977,28
TOTAL DO PASSIVO		289.370,85	389.141,35
TOTAL CAP.PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.258.618,94	2.536.889,89

Lousada, 12 de Março de 2012

A Administração

A Técnica Oficial de Contas

Demonstração individual dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de Dezembro 2011			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e Serviços Prestados	11	684.763,00	716.527,44
Subsídio à exploração	12	70.500,00	137.500,00
Custo das merc. vendidas matérias consumidas	10	-17.779,41	-19.336,48
Fornecimentos e serviços externos	17.4	-439.264,10	-445.050,96
Gastos com o pessoal	17.5	-312.143,64	-332.134,81
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)	9	0,00	-1.320,00
Outros Rendimentos e Ganhos	12.17.6	62.961,91	32.278,53
Outros Gastos e Perdas	17.7	-18.176,46	-17.314,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30.561,30	71.149,33
Gastos (Reversões) depreciação e amortização	6.7	-191.907,17	-196.496,05
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-161.345,87	-125.346,72
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	17.8	-6.763,89	-4.445,30
Juros e Gastos Similares Suportados		-168.109,76	-129.792,02
Resultado antes de impostos		-174.879,52	-134.583,04
Imposto sobre rendimento do exercício	13	5.936,65	5.135,32
Resultado líquido do período		-162.173,11	-124.656,70

Lousada, 12 de Março de 2012

A Administração

A Técnica Oficial de Contas

ANEXO em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em euros)

1 — Identificação da Empresa e Objecto Social:

A Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas, E.M., com sede no Lugar da Boavista, Silvaras, 4620-651 Lousada, com o capital social de 3.840.743,81 euros, com o número de contribuinte 505 840 464, é uma empresa municipal cujo capital social é detido na totalidade pela Câmara Municipal de Lousada e foi constituída por escritura de 26.01.1999, no âmbito da Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto, Lei das Empresas Municipais e Intermunicipais e Regionais. Com a entrada em vigor da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro que aprovou o “regime jurídico do sector empresarial local” e que veio revogar o anterior normativo legal, a empresa passou a estar enquadrada legalmente por este diploma, que de acordo com o seu artigo 48º obrigava a empresa a adequar os seus estatutos às disposições do novo regime jurídico, até 31/12/08. Os novos estatutos foram aprovados pela Câmara Municipal na sua reunião de 17 de Novembro de 2008, tendo sido sancionados pela Assembleia Municipal em 28/11/08 e realizada a sua escritura notarial em 31/12/08. Em Maio de 2009 ficou concluído o processo do registo dos Estatutos na Conservatória do Registo Comercial.

Das diversas alterações, ressalta uma maior abrangência do objecto social o qual passou a ter a seguinte redacção: concepção, construção, gestão, promoção e concessão de equipamentos e instalações desportiva e outros equipamentos colectivos, designadamente recreativos e culturais, a promoção, realização e a prestação de serviços desportivos, recreativos e culturais, a divulgação do património histórico e cultural e a criação de estruturas de apoio aos cidadãos mais desfavorecidos. Inclui-se no objecto social todas as actividades acessórias, complementares ou subsidiárias, indispensáveis para o desenvolvimento das actividades acima previstas, designadamente a constituição e dinamização de clubes e associações desportivas, com vista, entre outros, à sensibilização para a prática desportiva e à ocupação dos tempos livres.

2 — Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras:

2.1 — Referencial Contabilístico

Para os exercícios até, e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a empresa preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas).

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

2.2 — Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogados Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior As Demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.

3 — Principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A – Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são relativos a software informático e encontram-se registados ao custo de aquisição, de-

duzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Estes activos são amortizados pelo método da linha recta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

B — Activos fixos tangíveis:

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o activo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

C – Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor de mercado destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

D – Instrumentos Financeiros

D-1 - Políticas contabilísticas:

É política da empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

D-2 - Clientes e Contas a Receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objectiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objectiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.

D-3 - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários a ordem. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de finan-

ciamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

D-4 - Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

D-5 – Financiamentos Bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos.

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de 12 meses após a data de relato, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efectiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

E – Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Contas a Receber e a Pagar" ou "Diferimentos".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

F – Rêditos

Os rêditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes e sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os rêditos decorrentes das prestações de serviços são reconhecidos no período em que em que ocorre a prestação.

G – Subsídios

Política contabilística adoptada para os subsídios do Município de Lousada:

- Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpra com todas as condições para o receber.
- Os Subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis são reconhecidos nos capitais próprio da empresa, sendo posteriormente reconhecido na demonstração de resultados, como rendimentos, numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos, relacionados, na medida em que os activos vão sendo depreciados.
- Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos do período em que os Contratos-Programa são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

H – Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido (quando existem diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis).

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos. No entanto, não foram reconhecidos os impostos activos diferidos nas demonstrações financeiras da empresa, por não existirem expectativas fundamentadas quanto à rápida evolução positiva dos resultados fiscais futuros, que permita a utilização dos mesmos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas "IRC", cuja taxa actual é de 12,5% para matéria colectável até 12.500 euros e de 25% para o excedente. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correcções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

É convicção da Administração, que eventuais correcções resultantes da revisão/inspecção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.

I – Benefícios dos empregados

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de Férias e de Natal, subsídios de turno, prémios e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de Dezembro do respectivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respectivos são reconhecidos similarmente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

J – Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes.

L – Eventos Subsequentes:

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 — Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF, com excepção para as estimativas, não foram efectuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 8.

Não estão previstas quebras de actividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o próximo ano.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no Anexo.

4. – Fluxos de Caixa

- Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.
- Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Caixa	440	480
Depósitos à ordem (a)	-	-
	440	480

Os saldos credores da conta de depósitos à ordem são evidenciados na conta de Empréstimos bancários.

5 – Divulgações de Partes Relacionadas

Identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital:

	% Capital	Valor
Câmara Municipal de Lousada	100%	3.840.744

O Município de Lousada detém a totalidade do capital social da Empresa, sendo que os movimentos e os saldos apresentados são os seguintes:

Transacções	31-Dez-11	31-Dez-10
Prestação de serviços	210.735	221.130
Serviços adquiridos (Água)	5.313	3.877
Subsídios	31-Dez-11	31-Dez-10
Subsídio à Exploração atribuído	70.500	137.500
Subsídio ao Investimento atribuído	15.363	52.200
Estorno Subsídio ao Investimento 2008/2009	-	(52.200)
Saldos	31-Dez-10	31-Dez-10
Contas a receber	-	13.022
Contas a pagar	-	-
Empréstimos concedidos	-	-
Empréstimos obtidos	-	-
Subsídio à Exploração a receber	13.300	64.500
Subsídio ao Investimento a receber	(6.688)	(22.051)

Remuneração do pessoal-chave da gestão:

- Remunerações: 36.622,43 euros

- Encargos sobre remunerações: 8.044,27 euros

6-Activos Intangíveis

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos activos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nas rubricas dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-11
Activo intangível				
Despesas de instalação Software	-	4.855	-	4.855
Total	-	4.855	-	4.855
	Saldo em 01-Jan-11	Amortizações do período	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-11
Amortizações Acumuladas	-	-	-	-
Despesas de instalação Software	-	1.618	-	1.618
Total	-	1.618	-	1.618

Activo intangível líquido em 31-Dez-2010: 3.237

	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-11
Activo intangível				
Despesas de instalação Software	4.855	132	-	4.987
Total	4.855	132	-	4.987
	Saldo em 01-Jan-11	Amortizações do período	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-11
Amortizações Acumuladas	-	-	-	-
Despesas de instalação Software	1.618	1.662	-	3.280
Total	1.618	1.662	-	3.280

Os activos intangíveis registados referem-se a software informático, de um novo controlo de acessos dos utentes e a programa de anti vírus, este adquirido em 2011 pelo valor de 132 euros.

7 – Activos Fixos Tangíveis

a) Base de mensuração:

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil estimada.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do activo.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respectivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos activos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

Designação	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos tangíveis	8 - 10

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nas rubricas dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições	Transferências	Saldo em 31-Dez-10
Activo fixo tangível:				
Terenos e recursos naturais	656.917	-	-	656.917
Edifícios e outras construções	3.276.928	1.294	-	3.278.222
Equipamento básico	207.548	14.885	-	222.432
Equipamento de transporte	25.533	-	-	25.533
Equipamento administrativo	102.995	6.291	-	109.287
Outros activos fixos tangíveis	8.009	-	-	8.009
Investimentos em curso	-	18.820	-	18.820
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-	-	-
Total	4.276.930	41.390	-	4.318.320

	Saldo em 01-Jan-10	Depreciações do período	Transferências	Saldo em 31-Dez-10
Depreciações acumuladas				
Terenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.457.161	165.925	-	1.623.086
Equipamento básico	158.498	20.556	-	179.055
Equipamento de transporte	25.533	-	-	25.533
Equipamento administrativo	91.100	7.638	-	98.738
Outros activos fixos tangíveis	5.710	759	-	6.469
Total	1.738.003	194.878	-	1.932.881

Activo fixo tangível líquido em 31-Dez-2010: 2.385.439

	Saldo em 01-Jan-11	Aquisições	Transferências	Saldo em 31-Dez-11
Activo fixo tangível:				
Terenos e recursos naturais	656.917	-	-	656.917
Edifícios e outras construções	3.277.323	3.373	-	3.280.695
Equipamento básico	222.432	8.974	-	231.406
Equipamento de transporte	25.533	-	-	25.533
Equipamento administrativo	109.287	2.885	-	112.171
Outros activos fixos tangíveis	8.009	-	-	8.009
Investimentos em curso	18.820	-	-	18.820
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-	-	-
Total	4.318.320	15.231	-	4.333.551

	Saldo em 01-Jan-11	Depreciações do período	Transferências	Saldo em 31-Dez-11
Depreciações acumuladas				
Terenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.623.086	164.673	-	1.787.759
Equipamento básico	179.055	19.229	-	198.283
Equipamento de transporte	25.533	-	-	25.533
Equipamento administrativo	98.738	6.087	-	104.824
Outros activos fixos tangíveis	6.469	257	-	6.726
Total	1.932.881	190.245	-	2.123.126

Activo fixo tangível líquido em 31-Dez-2011: 2.210.425

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

9 – Imparidade de Activos

A Empresa apenas contabilizou perdas por imparidades relativas a dívidas a receber em 2010 no valor de 1.320 Euros, em 2011 não contabilizou qualquer perda por imparidade:

	31-Dez-11			31-Dez-10		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
De Clientes	-	-	-	1.320	-	1.320
	-	-	-	1.320	-	1.320

10 – Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Mercadorias	1.176	1.991
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	1.176	1.991

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, é detalhado como segue:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Inventários iniciais	1.991	1.991	1.318	1.318
Compras	16.965	16.965	20.010	20.010
Regularizações de inventários	-	-	-	-
Inventários finais	1.176	1.176	1.991	1.991
Custo das mercadorias vendidas	17.779	17.779	19.336	19.336

11 - Réditos

O réditos é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestação de serviços. É reconhecido em resultados líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2011 e de 2010 foram como segue:

	31-Dez-11			31-Dez-10		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	29.709	-	29.709	32.309	-	32.309
Prestação de serviços	655.054	-	655.054	684.219	-	684.219
	684.763	-	684.763	716.527	-	716.527

12 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

12.1. - Política contabilística adoptada para os subsídios do Município de Lousada, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras:

- Os Subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpra com todas as condições para o receber.
- Os Subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis são reconhecidos nos capitais próprio da empresa, sendo posteriormente reconhecido na demonstração de resultados, como rendimentos, numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos, relacionados, na medida em que os activos vão sendo depreciados. Foram reconhecidos passivos por impostos diferidos relacionados com estes subsídios do Município de Lousada em 2009 porque os Subsídios não traduzem um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos estão sujeitos a tributação.
- Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos do período em que os Contratos-Programa são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

12.2 - Natureza e extensão dos subsídios da Câmara Municipal de Lousada reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Subsídios à Exploração	31-Dez-11	31-Dez-10
Balço		
Outras contas a receber:	135.000	137.500
- Saldo do período anterior	64.500	-
- Subsídio atribuído no período	70.500	137.500
Recebimentos durante o ano	121.700	73.000
Posição no Final do Período	13.300	64.500
Demonstração de Resultados		
Imputação de Subsídios à exploração	70.500	137.500

Subsídios Relacionados com Activos	31-Dez-11	31-Dez-10
Balço		
Subsídios Reconhecidos no Capital	128.170	140.656
Passivos Por Impostos Diferidos	32.042	35.164
Posição no Final do Período	96.127	105.492

Demonstração de Resultados	31-Dez-11	31-Dez-10
Imputação de Subsídios Para Investimentos	27.850	28.975
Impostos Diferidos	6.962	5.681

13 – Impostos sobre o rendimento

13.1 – Divulgação separada dos principais componentes de gasto/rendimento de impostos

a) Gasto por impostos correntes e quantia de gasto/rendimento por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias:

	PERÍODOS	
	31-Dez-11	31-Dez-10
Impostos correntes		
Tributações Autónomas	-1.026	-546
	-1.026	-546
Impostos diferidos		
Redução de impostos diferidos passivos - Subsídios	6.962	5.681
	6.962	5.681
Gasto de imposto	5.937	5.135

13.2 – Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio:

	31-Dez-11	31-Dez-10	31-Dez-09	Total
Pela contabilização em capital próprio dos subsídios ao investimento, foram debitados passivos por impostos diferidos ao capital próprio			45.446	
Contabilização a débito do capital próprio da redução dos passivos por impostos diferidos, pela amortização em 2009 dos bens subsidiados				7.713
TOTAL				53.159
Contabilização a crédito do capital próprio da redução dos passivos por impostos diferidos, pela amortização dos bens subsidiados	-8.962	-5.681		
Contabilização a crédito do capital próprio da redução dos passivos por impostos diferidos, pelos subsídios recebidos e não investidos		-5.513		
Contabilização a crédito do capital próprio da redução dos passivos por impostos diferidos, pelos subsídios não recebidos e não investidos		-8.800		
Contabilização a débito do capital próprio pelo aumento dos passivos por impostos diferidos, pelos subsídios investidos	3.841			
TOTAL	-3.121	-17.994		32.042

13.3. – Activos por impostos diferidos não reconhecidos no Balço

As situações geradoras de activos por impostos diferidos não reconhecidas no Balço decompõem-se como se segue:

a) Não foi reconhecido o activo por impostos diferidos relacionado com o ajustamento de transição do POC para SNC (desreconhecimento do valor das reparações de equipamentos que estavam a ser capitalizadas no valor de 1.179,51 €), cujo valor ascenderia a cerca de 235 €, na medida em que não se prevê que a Empresa venha a obter resultados positivos nos próximos 4 anos de forma a poder beneficiar da dedução deste ajustamento para efeitos fiscais.

b) De acordo com as declarações fiscais da empresa, os prejuízos fiscais reportáveis e os correspondentes activos por impostos diferidos, sumarizam como segue:

	31-Dez-11			31-Dez-10		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Ano limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Ano limite de utilização
Resultados de 2005				142.608	34.000	2011
Resultados de 2006	208.242	50.498	2012	208.242	50.498	2012
Resultados de 2007	191.705	46.364	2013	191.705	46.364	2013
Resultados de 2008	192.602	46.588	2014	192.602	46.588	2014
Resultados de 2009	166.205	39.989	2015	166.205	39.989	2015
Resultados de 2010	126.184	29.983	2014	126.184	29.983	2014
Resultados de 2011	166.057	39.952	2015			
	1.050.994	253.374		1.027.545	247.511	

Os activos por impostos diferidos não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, por não existirem expectativas fundamentadas quanto à rápida evolução positiva dos resultados fiscais futuros, que permita a utilização dos mesmos.

14 – Instrumentos Financeiros

14.1. – Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um activo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros que têm uma maturidade definida, ao custo, menos as perdas por imparidade acumuladas.

Categorias de activos e passivos financeiros:

14.2 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		5.277		16.046
Clientes de cobrança duvidosa		1.320		1.320
		6.597		17.366
Perdas por imparidade acumuladas	-1.320	-	-1.320	-
		5.277		16.046

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Clientes gerais	Grupo/ relacionados	Clientes gerais	Grupo/ relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	5.277	-	3.024	13.022
Clientes de cobrança duvidosa	1.320	-	1.320	-
	6.597		4.344	13.022

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-11	31-Dez-10
Saldo a 1 de Janeiro	1.320	-
Aumento	-	1.320
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	1.320	1.320

14.3. – Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores por Acréscimos de rendimentos	-	13.132	-	411
Outros	-	13.328	-	64.530
		26.460		64.941
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
		26.460		64.941

Os valores registados sob a rubrica de "Outros" dizem respeito, essencialmente, aos valores a receber do Município de Lousada, entidade relacionada, salientan-

do-se que em 31 de Dezembro de 2011 o valor a receber do subsídio à exploração ascendia a 13.300 euros.

14.4. – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Fornecedores conta corrente	34.607	66.396
	34.607	66.396

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados	Fornecedores gerais	Grupo/ relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	34.607	-	66.396	-
	34.607		66.396	

14.5 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os financiamentos obtidos tinham a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários		101.000		116.000
Descobertos bancários contratados		12.383		37.714
Locações financeiras	-	-	-	-
		113.383		153.714

A empresa contraiu um empréstimo bancário junto da CGD de 150.000 Euros relativo a uma conta corrente caucionada que, a 31-12-11, se encontra parcialmente utilizada por 101.000 Euros.

14.6 – Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	-	31.213	-	39.108
Juros	-	453	-	500
Outros Acréscimos de gastos	-	7.092	-	5.546
Fornecedores de investimentos	-	14.177	-	38.856
Outras contas a pagar	-	21.164	-	27.378
		74.099		111.388

15 – Divulgações exigidas por diplomas legais:

Para além dos efeitos que possam decorrer dos factos referidos na nota 17.10, nos termos do art.º 2º do D. Lei 534/80 de 7/11, não são conhecidas dívidas ao Estado em situações de mora;

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Gerência informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada

A 31/12/2011 não se encontrava qualquer valor em dívida respeitante aos salários dos trabalhadores.

Para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários facturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos à revisão legal das contas ascenderam a 7.020 €. Não foram facturados quaisquer honorários relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal ou outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

16 – Acontecimentos após a data do balanço

16.1 – Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na data mencionada nas demonstrações financeiras.

16.2 Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Após a data do Balço, não foram recebidas quaisquer informações sobre factos susceptíveis de afectar as contas ou influenciar a sua apreciação.

17 – Outras Informações

17.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	8.457	8.323
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	51.668
Outros impostos e taxas	137	137
	8.594	60.128
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1.026	546
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2.791	1.894
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	6.613	-
Segurança Social	10.932	5.881
Outros impostos e taxas (IMI)	13.184	13.184
	34.545	21.505

17.2 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	4.268	4.358
Outros gastos a reconhecer	270	269
	4.539	4.627

	31-Dez-11	31-Dez-10
Diferimentos (Passivo)		
Mensalidades a reconhecer	694	974
	694	974

17.3 – Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 o "Capital próprio" apresentava os seguintes saldos e movimentos:

Capital Próprio	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital Realizado	3.840.744			3.840.744
Reservas:	15.934			15.934
Reservas legais	5.958			5.958
Outras Reservas	9.976			9.976
Resultados				
Transitados	-1.689.765		131.619	-1.821.384
Outras Variações nos Capitais Próprios	105.492	22.326	31.691	96.127
Resultado Líquido do Período	-124.657	124.657	162.173	-162.173
TOTAL	2.147.749	146.982	325.483	1.969.248

De acordo com o novo referencial contabilístico, os subsídios ao investimento são registados a crédito da rubrica de capital próprio - Outras Variações No Capital Próprio. Não traduzindo a existência de subsídios atribuídos à entidade um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação, procedeu-se ao reconhecimento do passivo fiscal (passivo por imposto diferido) que lhe está associado.

O quadro acima traduz a diminuição da quota-parte dos subsídios decorrentes do reconhecimento na demonstração de resultados "Outros Rendimentos e Ganhos" à medida que são reconhecidas as depreciações dos bens subsidiados, bem como a regularização do imposto diferido respectivo.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 21 de Junho de 2011, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foi decidido que o resultado líquido negativo referente a esse exercício de 124.656 Euros fosse transferido para Resultados Transitados.

17.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Serviços Especializados	190.175	208.229
Honorários	137.967	138.173
Conservação e reparação	11.174	28.114
Tratamento água da piscina	6.755	7.693
Serviços de Contabilidade	6.967	6.967
Outros	27.313	27.281
Materiais	10.899	11.943
Ferramentas e utensílios	6.617	8.468
Outros	4.283	3.475
Energia e fluidos	204.549	183.591
Electricidade	68.897	71.475
Gás	128.204	106.324
Outros	7.448	5.792
Deslocações, estadas e transportes	552	75
Serviços diversos	33.089	41.213
Comunicação	4.093	4.250
Seguros	7.359	7.459
Clube Lousada Séc.XXI	14.363	20.289
Outros	7.274	9.215
TOTAL FSE	439.264	445.051

17.5 – Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, foi a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Remunerações dos órgãos sociais	36.622	43.084
Remunerações do pessoal	213.847	223.573
Encargos sobre remunerações	54.389	57.540
Seguros	5.738	5.969
Gastos de acção social	-	440
Outros gastos com pessoal	1.547	1.529
	312.144	332.135

	31-Dez-11	31-Dez-10
Número médio de empregados	25	25
Número de empregados no fim do período	24	25

17.6 – Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Descontos de pronto pagamento obtidos	52	6
Correcções relativas a períodos anteriores	30.689	54
Imputação de subsídios para investimentos	27.850	28.975
Outros	4.071	3.250
	62.662	32.279

17.7 – Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, apresentam a seguinte decomposição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Impostos	14.565	14.117
Impostos Directos - IMI	13.184	13.184
Impostos Indirectos e Taxas	1.381	933
Outros gastos e perdas	3.612	3.197
Correcções relativas a períodos anteriores	90	1.091
Outros	3.522	2.106
	18.176	17.314

17.8 – Rendimentos e Gastos Financeiros

Os rendimentos e os gastos financeiros, nos períodos de 2011 e de 2010, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Rendimentos e Ganhos Financeiros	-	-
Gastos e Perdas Financeiros	(6.764)	(4.445)
De Juros suportados	(6.764)	(4.445)
Resultados financeiros	(6.764)	(4.445)

17.9 – Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas.

Em Março de 2007, a Empresa contraiu um empréstimo em regime de conta corrente até 50.000 Euros, junto da CGD, tendo dado como garantia as receitas da empresa, nomeadamente as provenientes das transferências a efectuar pelo Município de Lousada. Este empréstimo tem vindo a ser renovado anualmente e, em Março de 2011, foi aumentado o limite de empréstimo para 150.000 Euros, ajustando-se o spread da taxa de juro para 3,95% a partir do vencimento ocorrido em 13-03-11 e mantendo-se as restantes condições do contrato, pelo que para este novo valor também foi dado como garantia as receitas da empresa, já acima referenciadas.

Em 24/11/2008, a Empresa prestou uma garantia bancária, junto da CGD, a favor da Direcção Geral dos Impostos pelo valor de 158.482,84 Euros, para suspensão do processo de execução fiscal relativo ao IVA de 2004 a 2007, cuja situação se explicita na nota 17.10.1.

Foi prestada uma garantia à Câmara Municipal de Lousada, em 1999, relativamente ao saneamento e água, no valor de Euros 27,93.

17.10. Situações pendentes de regularização

Em 25 de Março de 2008, a empresa foi notificada do Projecto de Correcções do Relatório de Inspecção realizado pelos Serviços de Inspecção Tributária que propõe uma liquidação de IVA, sobre os subsídios recebidos da CML, nos montantes anuais de 25.175 euros, 31.875 euros, 28.875 euros e 28.875 Euros, respectivamente, referente aos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, totalizando 114.800 euros. Para a prossecução do objecto social da Lousada Séc. XXI, a Câmara Municipal de Lousada concede subsídios anualmente, com vista ao equilíbrio da exploração e estes subsídios são contabilizados como "subsídios à exploração" não sendo objecto de tributação em IVA por se entender que não se enquadram no disposto no n.º 5, alínea c) do art.º 16º do CIVA. Contra este procedimento insurge-se a Inspeção Tributária por entender que os mesmos estão sujeitos a IVA, o que não é o entendimento da Empresa. Na sequência foi exercido o Direito de Audição em 2 de Abril de 2008, conforme o disposto nos artigos 60º da LGT e 60º do RCPIT, tendo sido recebido o Relatório/ Conclusões da Inspeção Tributária por ofício datado de 15/4/08. A Empresa por não concordar com a liquidação do IVA apresentou reclamação graciosa em 31/07/2008 e prestou garantia bancária a favor da Direcção Geral dos Impostos, até 158.482,84 euros, em 24/11/08.

Em 18/03/09 a instituição foi notificada do indeferimento da reclamação graciosa e em 2/04/09 fez dar entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel a impugnação judicial. Em 22/7/09 a Representante da Fazenda Pública apresentou ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel a sua contestação. Segundo informação actualizada do advogado o processo ainda se encontra a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, no entanto, não foi proferida sentença, nem se consegue prever quando o processo findará.

17.11. Outras informações

No que concerne ao IVA dedutível, a Empresa vinha utilizando, até final de 2010, o método de percentagem de dedução (prorata), com base no enquadramento preconizado pela Administração Fiscal, o qual com a publicação das orientações veiculadas pelo ofício circular n.º 30103 de 23 de Abril de 2008, da DGI, passou a permitir a dedução da integralidade do IVA tendo em consideração que a empresa liquida IVA na totalidade das vendas efectuadas e dos serviços prestados. Não obstante, tendo em consideração que se encontravam pendentes os processos das liquidações adicionais de IVA, entendeu-se como medida de prudência manter o prorata, tendo como certo que os valores liquidados neste enquadramento seriam compensados com os montantes das liquidações adicionais. Contudo, em Março de 2011, foi esclarecido pelos advogados responsáveis pelos processos de impugnação que os valores já pagos através do prorata não poderiam ser recuperados no âmbito dos actos impugnados. Face à situação e com base em várias opiniões especializadas e do conhecimento de pareceres sobre realidades idênticas à da Empresa, emitidos pela Direcção Geral dos Impostos (DGI), foi decidido proceder à regularização a favor da Empresa do IVA suportado dos 4 anos anteriores.

Deste modo, a Empresa, na sua declaração periódica de Janeiro 2011, regularizou a seu favor o IVA que havia calculado na utilização do prorata desde Janeiro de 2007 a 2010, como de seguida se detalha:

REGULARIZAÇÃO DO ANO ANUL DEDUZIDO EM 2007, 2008, 2009 E 2010					
Meses	2007	2008	2009	2010	TOTAL GERAL
Jan	375,00	1.015,85	760,79	806,65	
Fev	938,41	0,00	1.055,43	859,46	
Mar	830,13	1.089,15	824,18	959,27	
Abr	895,31	968,06	941,90	965,99	
Mai	823,27	1.043,82	780,07	1.057,19	
Jun	861,90	1.091,84	762,26	760,69	
Jul	707,57	734,63	982,80	571,93	
Ago	733,82	700,27	432,18	569,02	
Sep	843,42	979,85	862,75	963,57	
Out	656,62	1.035,58	784,93	784,24	
Nov	1.173,69	708,19	1.088,56	889,10	
Dez	957,48	836,10	-222,46	565,54	
TOTAL	9.799,62	10.203,36	8.993,39	9.642,65	38.638,92

onerar, relevando-o na conta de IVA suportado, tendo-o deduzido na declaração periódica de Março de 2011, valor que foi de 1.374,91 euros. Refere-se que o IVA não deduzido pela aplicação do prorata às aquisições de activos fixos tangíveis dos anos de 2007, 2008 e 2009 não foi objecto de regularização/dedução, face à complexidade deste procedimento pelas depreciações já contabilizadas.

Lousada, 12 de Março de 2012

A Técnica Oficial de Contas
O Conselho de Administração

Entretanto, e relativamente ao IVA não deduzido pela aplicação do prorata às aquisições de activos fixos tangíveis durante o ano de 2010, a Empresa corrigiu o valor dessas aquisições, expurgando o IVA que as estava a

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010 (euro)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	3.840.743,81	5.958,44	9.975,96	-1.684.083,83	165.724,59		2.338.318,97	2.338.318,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	12				-5.681,36	17.994,13		12.312,77	12.312,77
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0,00	0,00
Reclassificação dos subsídios ao investimento	17.3				0,00	-78.226,50		-78.226,50	-78.226,50
Aplicação de resultados do ano anterior								0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	0,00	0,00	0,00	-5.681,36	-60.232,37	0,00	-65.913,73	-65.913,73
RESULTADO INTEGRAL DE CAPITAL NO PERÍODO	4+2+3							-124.656,70	-124.656,70
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								-124.656,70	-190.570,43
Realizações de capital								0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão								0,00	0,00
Distribuições								0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00	0,00
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6=1+2+3+5	3.840.743,81	5.958,44	9.975,96	-1.689.785,19	105.492,22	-124.656,70	2.147.748,54	2.147.748,54

Lousada, 12 de Março de 2012

A Administração

A Técnica Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011 (euro)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6	3.840.743,81	5.958,44	9.975,96	-1.814.421,89	105.462,22		2.147.748,54	2.147.748,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	12				-6.962,44	3.121,63		-3.840,81	-3.840,81
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0,00	0,00
Reconhecimento/transfência dos subsídios ao investimento	17.3				0,00	-12.486,53		-12.486,53	-12.486,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	0,00	0,00	0,00	-6.962,44	-9.364,90	0,00	-16.327,34	-16.327,34
RESULTADO INTEGRAL DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8							-162.173,11	-162.173,11
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								-162.173,11	-178.500,45
Realizações de capital								0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão								0,00	0,00
Distribuições								0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00	0,00
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	9+7+8+10	3.840.743,81	5.958,44	9.975,96	-1.821.384,33	96.127,32	-162.173,11	1.969.249,09	1.969.249,09

Lousada, 12 de Março de 2012

A Administração

A Técnica Oficial de Contas

Demonstração de Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2011 (euro)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS:	2011	2010
Recebimentos de clientes	682.531,49	719.138,86
Pagamentos a fornecedores	- 474.264,17	- 458.597,83
Pagamentos ao pessoal	- 320.036,02	- 335.487,29
Fluxo gerado pelas operações	-111.809,69	-72.956,26
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	- 2.779,09	- 3.786,96
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividade operacional +	204.610,17	37.300,25
Fluxos das actividades operacionais (1)	50.020,48	-39.343,93
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	0,00	0,00
Activos Fixos Tangíveis	39.910,78	24.508,38
Activos Intangíveis	3.015,72	1.971,29
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	0,00	0,00
Activos Fixos Tangíveis	0,00	0,00
Activos Intangíveis	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios para investimentos	0,00	48.000,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)	-42.906,48	21.630,33
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	27.996,96
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outros de prejuizo	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	40.331,83	0,00
Juros e gastos similares	6.811,29	4.382,51
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	5.914,82
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-47.143,12	17.692,63
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-40,12	-11,97
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	400,15	402,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	359,48	390,18

MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DE INVESTIMENTOS
EXERCÍCIO DE 2011 (euro)

Activos Fixos Tangíveis	Previsto	Executado	Mês de Liquidação	Desvio
Piscina:				
Instalação de Painéis Solares	-362.000,00			-362.000,00
Material Diverso	1.000,00			-1.000,00
Greijas curvas 34x35mm e 34x245mm		1.894,16	NOV/2011	1.894,16
Greijas curvas 34x325mm		432,00	NOV/2011	432,00
Portas em ferro e caixilhos em alumínio		631,00	JUL/2011	631,00
Porta em alumínio		256,00	OUT/2011	256,00
Anúlejos verdes		359,48	MAR/2012	359,48
Ginásio:				
380.000,00	3.372,64			-376.627,36
Maquina de Gémios	2.500,00			-2.500,00
Maquina Abdominais Presso LivreRef WHP	2.000,00			-2.000,00
Halteres discos goma de 40kg	300,00			-300,00
2 Sncr Cicloergometro Vertical 8020U	4.000,00			-4.000,00
7 Sncr Bike - Bicicletas (Inov. modelo)	6.300,00			-6.300,00
2 Crosstrainer T3 Elíptical	5.700,00			-5.700,00
5 Trampoline "Trinlim Sport"	600,00			-600,00
2 Remos "Concept II" modelo DC/FMS	2.300,00			-2.300,00
20 Cadeiras	800,00			-800,00
7 Sncr Freekick	400,00			-400,00
10 Bandas Elásticas	400,00			-400,00
5 Sncr Trainer	1.500,00			-1.500,00
4 Plataformas Vibratórias 1000W	1.800,00	800,00	JUL/JAGO 2011	-1.000,00
Material de KickBoxing	474,77		JUN/2011	474,77
1 Elíptical	1.828,00		AGO A NOV/2011	1.828,00
10 Cadeiras	175,00		AGR/2011	175,00
35 Braçadeiras lastradas	240,92		FEV/2011	240,92
1 Secador de cabelo	143,30		NOV/2011	143,30
Alfame	462,50		MAR/2011	462,50
28.180,00	3.947,49			-24.232,51
Casa das Máquinas:				
Mudar area dos filtros	10.000,00			-10.000,00
1 Motor cf pre-filtro p/circulação de agua p/ piscina exterior	2.500,00			-2.500,00
1 Colector de Vapor p/Banho Turco	3.000,00	1.897,69	JUN/2011	-1.102,31
1 Calefrio para Sauna	1.500,00			-1.500,00
2 Controladores de Temperatura p/ Banheiras e Recepção	1.800,00			-1.800,00
Revisão e Colocação de novos perfis na cobertura da Halle	15.000,00			-15.000,00
Novos Caudos para Manta Filtrante para desumificadores e uta	1.500,00			-1.500,00
4 Bombas Desodoras	3.000,00			-3.000,00
Revisão Geral Circuito Fechado	10.000,00			-10.000,00
3 Purriladores Calor ARSOP	1.000,00			-1.000,00
2 Bombas Circuladoras PC 1065	200,00			-200,00
2 Bombas Circuladoras PC 1065	600,00			-600,00
2 Bombas Circuladoras e 2 Filtros Aspirantes	993,70		JUL/2011	993,70
3 Bombas Circuladoras FB 100XL	1.000,00			-1.000,00
1 Aspirador p/ piscina	700,00			-700,00
1 Aspirador p/ interior	250,00	224,39	NOV/2011	-25,61
5 Rolos de Manta Filtrante	900,00			-900,00
Armação exterior	2.500,00			-2.500,00
Armações electronicas	900,00			-900,00
Substituição das molas que suportam os projectores	600,00			-600,00
1 Maquina Coortar Relva Profissional Manutenção Estádio	1.200,00			-1.200,00
Alteração Circuito dos filtros das Piscinas Interiores	5.000,00			-5.000,00
Alteração Circuito dos filtros das Piscinas Exteriores	13.000,00			-13.000,00
Substituição das 8 Válvulas de Retenção p/ Piscinas Interior e Exterior	1.800,00			-1.800,00
Revisão Geral aos suportes da Galeria Técnica	1.000,00			-1.000,00
78.850,00	3.059,72			-75.794,28
Casa das Máquinas / Cont.:				
Difusores interiores dos Filtros p/ a Piscina Interior Pequena	1.500,00			-1.500,00
1 Colector em PVC p/ a Piscina Interior Grande	6.000,00			-6.000,00
Instalação para abastecimento de Gas Natural P/04 linha dupla	13.940,00			-13.940,00
Misturadoras Termostáticas	803,39		JUN e SET/2011	803,39
1 Purrilador de Calor	804,00		SET/2011	804,00
1 Quadro comandos cf programas p/ Sauna e Turco	353,19		NOV/2011	353,19
99.990,00	5.026,30			-94.963,70
Equipam. Administrativo:				
3 Computador Tsunami	2.700,00			-2.700,00
1 LCC	1.000,00			-1.000,00
1 Impressora Térmica	189,50		JUN/2011	189,50
1 Impressora Samsung	185,17		SET/2011	185,17
1 Impressora Zebra p/ os cartões	1.800,00		JUN/2011	1.800,00
Estôres	650,00		JUL/2011	650,00
3.700,00	2.864,67			

**Exercício de 2011
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

De acordo com a alínea a) do art.º 27 da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, é apresentado o relatório referente ao exercício de 2011 da "Lousada Século XXI – Actividades Desportivas e Recreativas, E.M."

O relatório está estruturado de forma a obter-se, de forma directa, a diferença entre os valores orçamentados e a execução nas principais rubricas de gastos e rendimentos da empresa. É apresentada de seguida uma explicação/justificação das diferenças acima referidas.

Comparação de orçamento vs. Execução do exercício de 2011

RENDIMENTOS E GASTOS	Orçamento 2011 (1)	Real a 31.12.2011 (2)	Desvio Real Orçamento a 31.12.2011 (3) = (2) - (1)		Notas
			Em Valor		
			Em Valor	Em %	
Vendas e Serviços Prestados	717.942,30	684.763,00	-33.179,30	-4,62%	a)
Subsídio à exploração	150.000,00	70.500,00	-79.500,00	-53,00%	b)
Custo das merc. vendidas matérias cons/	-19.916,57	-17.779,41	-2.137,16	-10,73%	c)
Fornecimentos e serviços externos	-424.256,21	-426.264,10	-14.992,11	-3,30%	d)
Gastos com o pessoal	-331.086,77	-312.143,64	-18.943,13	-5,72%	e)
Outros Rendimentos e Ganhos	62.064,36	62.661,91	597,55	0,96%	f)
Outros Gastos e Perdas	-14.119,49	-18.176,46	-4.056,97	28,73%	g)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	110.627,62	30.561,30	-80.066,32	-72,37%	
Gastos (Reversões de depreciação e amortização)	-230.338,78	-191.907,17	-38.431,61	-16,68%	h)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-119.711,16	-161.345,87	-41.634,71	-34,78%	
Juros e Gastos Similares Suportados	-5.501,51	-4.763,89	1.262,38	22,95%	i)
Resultado antes de impostos	-125.212,67	-166.109,76	-42.897,09	-34,29%	
Imposto sobre rendimento do exercício	13.953,99	5.939,65	-8.014,34	-57,45%	j)
Resultado líquido do período	-111.258,68	-162.173,11	-50.914,03	-45,76%	

Notas:

- Ver análise anexa.
- Atribuição de parcela de subsídio à exploração inferior ao orçamentado.
- Este desvio decorre da diminuição das vendas de mercadorias em cerca de 11% relativamente ao valor previsto, tendo-se mantido a margem de vendas orçamentada.
- Ver análise anexa.
- Incorreram-se em menores gastos com o pessoal, sendo que cerca de 36% desta diminuição se reporta à suspensão e/ou redução do subsídio de férias a pagar em 2012, nos termos do artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de Dezembro. Adicionalmente, a em presa tem menos um funcionário a partir de Agosto 2011.
- Desvio sem qualquer materialidade.
- Este desvio refere-se, essencialmente, à contabilização nesta conta da taxa da Sociedade Portuguesa de Autores e de outros gastos não especificados que não foram orçamentados, nomeadamente da anulação do PEC de 2007, já não recuperável e que não estava prevista no orçamento.
- Diminuição verificada pela não realização de grande parte dos investimentos previstos, por falta de meios financeiros. Esta variação, embora sem expressão, em valores absolutos, refere-se, essencialmente, à verificação de juros superiores ao previsto sobre o empréstimo junto da CGD.
- Este desvio decorre da menor imputação de Imposto diferido, pelo facto dos investimentos e correspondentes subsídios terem sido inferiores ao previsto.

Lousada, 12 de Março de 2012

A Técnica Oficial de Contas
O Conselho de Administração

ANEXO I

Análise dos Fornecimentos e Serviços Externos

ANÁLISE DOS F.S.E. - 31. Dezembro 2011

RUBRICA	Período		Variações Real Orçamento/31.12.2011		Notas
	Orçamento a 31.12.11	Real a 31.12.11	Valor	%	
F.S.E.	454.256	439.264	-14.992	-3%	
- Trab. Especializ.-Contabilidade	7.785	7.307	-477	-6%	1
- Trab. Especializ.-Assistência Técnica	4.205	2.418	-1.787	-42%	
- Trab. Especializ.-Tratamento Reivado	4.932	5.318	386	8%	
- Trab. Especializ.-Out.Trab. Especializados					
e Assessoria Jurídica	4.860	4.439	-421	-9%	
- Trab. Especializ.-Revisão de Contas	7.640	7.729	89	1%	
- Trab. Especializ.-Análises Microbiológicas	1.617	1.500	-117	-7%	
- Trab. Especializ.-IVA Não Dedutível	0	110	110	0%	
- Trab. Especializ.-Tratamento e Cursos Climáticos	4.200	2.086	-2.114	-50%	2
-Trab.Especializ.-Tratamento Fisiot.Climáticos-Atletas	1.600	0	-1.600	-100%	2
- Tratamento Água Piscina	2.224	6.755	4.531	204%	3
- Publicidade	1.005	87	-918	-91%	3
- Vigilância e Segurança	181	364	183	101%	4
- Honorários	126.760	137.967	11.207	9%	5
- Trab. Especializ.-Manutenção e Reparação	28.958	11.174	-17.784	-61%	3
- Serviços Bancários	2.234	2.523	289	13%	4
- Formação	29	0	-29	-100%	4
- Software	396	398	0	0%	3
- Ferramentas e Utensílios	10.154	6.617	-3.537	-35%	3
- Livros e Doc.Técnica	45	45	0	1%	1
- Material de Escritório	3.204	3.858	655	20%	6
- Arquivos Offerta	331	279	-52	-16%	8
- Conservação e Manutenção	74.324	68.897	-5.427	-7%	7
- Combustíveis-GAS	111.640	128.204	16.564	15%	8
- Combustíveis-Gasolina	2.560	2.135	-425	-17%	4
- Água	3.993	5.313	1.320	33%	9
- Deslocações e Estadas	103	502	399	387%	8
- Rendas e Aluguéis	206	0	-206	-100%	3
- Comunicação	4.377	4.093	-285	-7%	
- Seguros	7.588	7.259	-329	-4%	
- Concursos	1.988	209	-1.779	-89%	10
- Limpeza e Higiene	5.686	5.724	38	1%	
- Outros Form.e Serviços	1.775	1.282	-493	-28%	
- Clubes Lousada Sec XXI	21.588	14.363	-7.225	-33%	11
- Soc.Portug.de Autores-Utiliz.Música	347	0	-347	-100%	12

Notas:

- Foi orçado um aumento desta rubrica de 3%, aumento que não se verificou.
- Prevê-se uma maior adesão desta modalidade, o que implicaria um maior gasto na correspondente prestação de serviços. No entanto, não se registou o aumento previsto.
- Foram orçados aumentos destas rubricas de 3%, aumentos que não se verificaram, em parte devido à prática em curso de contenção de custos.
- Desvios que em valores absolutos não são significativos.
- Este desvio deve-se à criação de mais turmas nas modalidades de natação, hidroginástica, hidroterapia, bodypower e jump, do que as que estavam previstas e, ainda à necessidade de atribuição individualizada de professores a utentes (em especial crianças) com deficiências motoras e outras.

- Foi orçado um aumento para estas rubricas de 3%, aumentos que efectivamente foram superiores.
- Foi orçado um aumento desta rubrica de 4%, aumento que não se verificou.
- O orçamento previa para esta rubrica de gastos um aumento com a taxa de inflação prevista de 5%. Contudo, registou-se um aumento superior, sendo parte dele devido pelo acréscimo das frequências em cerca de 3,6%.
- O orçamento previa para esta rubrica de gastos somente um aumento com a taxa de inflação prevista de 3%. Contudo, registou-se um aumento maior, sendo parte dele devido pelo acréscimo das frequências em cerca de 3,6%.
- Este desvio reporta-se à previsão de custas com os processos de impugnação do IVA, gastos que não se verificaram.
- Este desvio relaciona-se com a menor saída de atletas para eventos desportivos e/ou pelo facto das competições se terem realizado mais no norte do país do que no ano anterior.
- Este custo foi registado na conta de Outros Gastos e Perdas.

ANEXO II

Análise das Vendas e Prestações de Serviços

71 e 72: Vendas e Prestação de serviços (desenvolvimento).

Conta SNC	Descrição	Previsão 2011	Real a 31.12.2011	Variações Real - Orçamento a 31.12.2011		Notas
				Valor	%	
71	Vendas	33.275,21	29.708,97	-3.566,24	-11%	1
711	Mercadorias	33.275,21	29.708,97	-3.566,24	-11%	
71112	Taxa Intermediária	31.361,10	27.947,85	-3.413,25	-11%	
71114	Material Depreciado - Taxa Normal	1.239,44	1.239,16	-0,28	0%	
71115	Taxas Lousada Sec XXI - Taxa Normal	11,91	95,77	83,86	704%	
71116	Franquias desportivas	0,00	25,82	25,82	0%	
71117	T-Shirts	44,63	0,00	-44,63	-100%	
71121	Alugueiros	618,13	410,37	-207,76	-34%	
72	Prestação de Serviços	684.667,09	655.054,03	-29.613,06	-4%	
721	Prestação de Serviços	684.667,09	655.054,03	-29.613,06	-4%	
7211	Taxa Normal	684.667,09	655.054,03	-29.613,06	-4%	
721113	Taxa Normal	684.667,09	655.054,03	-29.613,06	-4%	
7211101423	Natação Adultos 1 vez semana	12.997,84	13.670,68	672,84	5%	2
7211102424	Natação para crianças 2 vezes semana	52.099,79	46.498,43	-5.601,36	-11%	2
7211103	Banho livre adultos	49.955,87	33.140,54	-16.815,33	-33%	3
7211104	Banho livre crianças	17.103,29	11.791,23	-5.312,06	-31%	3
7211105	Banho livre reformados	1.478,87	1.096,76	-382,11	-27%	3
7211106	Banho livre município	8,20	0,00	-8,20	-100%	3
7211107	Natação para bebés	3.759,43	5.234,12	1.474,69	39%	4
7211108	Natação para crianças 1 vez semana	12.153,18	17.141,81	4.988,63	41%	4
7211109	Natação para crianças 2 vezes semana	27.162,14	20.820,97	-6.341,17	-23%	4
7211110	Aeróbica 1 vez semana	2.938,35	2.491,73	-446,62	-15%	
7211111	Aeróbica 2 vezes semana	8.277,47	9.070,03	792,56	10%	
7211112	Aeróbica 3 vezes semana	611,05	546,66	-64,39	-11%	
7211113	Aeróbica livre	990,46	450,69	-539,77	-54%	
7211114	Musculação 1 vez semana com piscina	1.178,12	1.629,89	451,77	39%	5
7211115	Musculação 2 vezes semana com piscina	3.845,27	2.806,66	-1.038,61	-27%	5
7211116	Musculação 3 vezes semana com piscina	3.540,66	1.574,83	-1.965,83	-56%	5
7211117	Musculação livre	8.256,40	8.894,12	637,72	8%	5
7211118	Musculação 1 vez semana sem piscina	7.207,76	13.149,25	5.941,49	82%	6
7211119	Musculação 2 vezes semana sem piscina	22.972,42	31.947,16	8.974,74	39%	6
7211120	Musculação 3 vezes semana sem piscina	12.549,59	16.044,13	3.494,54	28%	6
7211121	Musculação Município	18,48	0,00	-18,48	-100%	6
7211122	Sauna, jacuzzi e banho turco	11.864,89	8.404,59	-3.460,30	-29%	5
7211123	Sauna, jacuzzi e banho turco município	3,41	10,74	7,33	215%	5
7211124	Centro Seculo XXI Manhã	23.838,64	22.723,07	-1.115,57	-5%	5
7211125	Centro Seculo XXI Tarde	18.860,57	12.471,98	-6.388,59	-34%	5

Conta SNC	Descrição	Previsão 2011	Real a 31.12.2011	Variações Real - Orçamento a 31.12.2011		Notas
				Valor	%	
72111327	Centro Seculo XXI Todo o Dia	144,57	0,00	-144,57	-100%	5
72111328	Hidroginástica 1 vez por semana	8.392,38	11.708,42	3.316,04	40%	7
72111329	Hidroginástica 2 vezes por semana	23.744,85	26.898,51	3.153,66	13%	7
72111330	Hidroginástica livre	498,38	333,72	-164,66	-33%	7
72111331	Hidroginástica município	3,08	0,00	-3,08	-100%	7
72111332	Fit-dance 1 vez por semana	1.253,26	1.043,72	-209,54	-17%	12
72111333	Hi-hop 1 vez por semana	2.201,06	1.447,73	-753,33	-34%	12
72111334	Ténis de manha	235,36	233,72	-1,64	-1%	
72111341	Ténis de tarde	723,63	576,01	-147,62	-21%	
72111342	Ténis de manhã município	8,40	0,00	-8,40	-100%	
72111344	Ténis de tarde município	17,40	18,90	1,50	9%	
72111345	Ténis 4 piscinas	28,05	0,00	-28,05	-100%	
72111349	Ferres desportivas	3.970,19	2.439,23	-1.530,96	-39%	8
72111349	Mensalidade para professores	1.61,09	24,40	-1.366,69	-85%	
72111352	Natação Escolas Privadas	1.309,09	1.472,67	163,58	13%	
72111353	Natação Escolas Município	221.130,00	210.735,00	-10.395,00	-5%	9
72111355	Natação Mensalidades Hospitais	1.472,70	1.963,60	490,90	33%	
72111356	Taxa de inscrição	19.191,34	8.563,50	-10.627,84	-56%	
72111359	Facturação utilização da piscina	26.624,83	26.944,12	319,29	1%	
72111360	Aluguer sala dança salão yoga	1.888,20	2.127,78	239,58	13%	
72111361	Aeróbica 1 vez por semana	10,00	49,60	39,60	396%	
72111364	Publicidade	0,00	1.500,00	1.500,00	0%	13
72111367	Aluguer Court Tennis	89,43	0,00	-89,43	-100%	
72111368	Especialização Mensalidades	-1.544,22	409,84	1.954,06	-129%	
72111371	Hidroterapia	910,53	1.346,21	435,68	48%	11
72111372	Hidroterapia 2 vezes por semana	3.179,49	5.764,26	2.584,76	81%	11
72111373	Hidroterapia 3 vezes por semana	2.034,17	1.844,46	-189,72	-9%	11
72111375	Hidroginástica 3 vezes por semana	2.736,64	4.488,99	1.752,35	64%	7
72111376	Hidroginástica 4 vezes por semana	1.109,52	-226,41	-1.335,93	-120%	7
72111377	Hidroginástica 5 vezes por semana	972,84	745,06	-227,78	-23%	7
72111378	Natação bebés 2 vezes por semana	596,29	1.203,62	607,33	102%	4
72111379	Aluguer sala esteira	743,76	743,76	0,00	0%	
72111380	Danças Variada 1 vez por semana	2.169,93	811,34	-1.357,59	-63%	12
72111381	Aluguer Bar Exterior	2.066,12	1.219,51	-846,61	-41%	14
72111382	Indoorcycling livre	695,46	535,58	-159,88	-23%	15
72111383	Indoorcycling 1 vez por semana	1.381,76	2.048,27	666,51	48%	15
72111384	Indoorcycling 2 vezes por semana	5.419,11	4.456,20	-962		

Conta SMC	Descrição	Previsão 2011	Real a 31.12.2011	Variações Real - Orçamento a 31.12.2011		Notas
				Valor	%	
72111385	Hip Hop 2 vezes por semana	8,42	8,93	0,51	-6%	
72111386	Dance Variada 2 vezes por semana	1.984,02	570,05	-1.413,97	-71%	12
72111387	Mensald Nat Livre 1 vez por semana	499,70	1.194,22	694,52	139%	16
72111388	Mensald Nat Livre 2 vezes por semana	1.858,89	1.557,73	-331,16	-18%	16
72111389	Dance Variada 3 vezes por semana	440,96	11,83	-429,13	-97%	12
72111391	Indoorcycling 3 vezes por semana	571,65	599,87	19,22	3%	
72111394	Natação Pura	12.513,32	9.206,86	-3.306,46	-26%	17
72111395	Polo Aquático	9.864,09	10.555,04	103,95	1%	17
72111396	Mini Polo	1.915,75	1.794,87	-120,88	-6%	17
72111397	Acesso Verão-Atletas	207,53	0,00	-207,53	-100%	5
72111399	Hidroterapia Individual	294,51	305,10	10,59	4%	
72111400	Dança Sábão	6.866,42	4.703,48	-2.162,94	-32%	12
72111401	Jump 1 vez por semana	770,32	1.789,58	1.019,26	132%	18
72111402	Jump 2 vezes por semana	1.728,80	1.755,37	26,57	2%	18
72111403	Massagem Relax 1 x	0,00	20,33	20,33	0%	
72111408	Massagem Terapêutica 2 x		28,46	28,46	0%	
72111410	Massagem Terapêutica 4 x		269,32	269,32	0%	
72111413	Hidrobike Livre	221,12	65,43	-155,69	-70%	
72111414	Hidrobike 1 x semana	1.285,54	1.454,46	167,92	13%	
72111415	Hidrobike 2 x semana	1.399,05	1.288,19	-110,86	-8%	
72111416	Hidrobike 3 x semana	20,44	0,00	-20,44	-100%	
72111417	Body Power	1.040,68	1.290,13	252,45	24%	
72111418	CL-Hidroterapia 1 x sem	2.262,78	3.112,93	820,15	36%	18
72111419	CL-Curso Preparação parto	228,57	0,00	-228,57	-100%	
72111420	Natação Sincronizada-1 x sem	361,24	137,75	-223,49	-62%	17
72111421	Natação Sincronizada-2 x sem	454,72	1.070,74	616,02	135%	17
72111422	Body Power-2 x sem	376,35	574,87	198,52	53%	18
72111425	Jump Livre	64,82	97,67	32,85	51%	18
72111426	Body Power Livre	44,65	81,40	36,74	82%	18
72111428	Indoorcycling 4 vezes por semana	214,64	495,00	280,36	131%	15
72111429	Hidroterapia 4 vezes por semana	0,00	10,98	10,98	0%	
72111430	Kickboxing 1 x sem	0,00	314,60	314,60	0%	
72111431	Kickboxing 2 x sem	0,00	484,15	484,15	0%	
72111433	Kickboxing livre	0,00	54,12	54,12	0%	
72111434	Natação Sincronizada-3 x sem	0,00	112,42	112,42	0%	
72111435	Plátos / Yoga 1 x sem	0,00	113,62	113,62	0%	
72111436	Plátos / Yoga 2 x sem	0,00	90,24	90,24	0%	
	TOTAL	717.942,30	684.763,00	-33.179,30	-4,62%	

Notas:

1. Consta-se uma diminuição média de 11% das vendas de mercadorias devido à quebra nas vendas dos produtos do Bar.
2. Modalidade que, no seu conjunto, verificou uma diminuição de cerca de 7%.
3. A modalidade de banhos livres sofreu, no seu conjunto, uma diminuição de cerca de 32%.
4. Consta-se um aumento da adesão de natalação para crianças/ bebés em cerca de 20%.
5. Modalidades que registaram diminuições não previstas.

6. Modalidade que, no seu conjunto, verificou um aumento significativo.
7. Esta modalidade de hidroginástica, no seu conjunto, registou um aumento relativamente ao previsto.
8. As férias desportivas registaram uma adesão inferior às expectativas.
9. Verificou-se uma diminuição desta modalidade face ao previsto, dado que o mês de Junho foi facturado à CML só por meio mês, quando o orçamento não previa tal redução.
10. As taxas de inscrição registaram uma diminuição devida à isenção desta taxa aos novos utentes, no intuito de os atrair, face à crise económico-financeira que se atravessa, o que foi conseguido, facto que se constata pelo aumento do número de frequências que foi de cerca de 3,6%.
11. Esta modalidade de hidroterapia, no seu conjunto, registou um ligeiro aumento relativamente ao previsto.
12. As modalidades de Danças, de Fit Dance e de Hip Hop registaram diminuições não previstas.
13. Não tinha sido prevista qualquer facturação a título de Publicidade.
14. Face ao Verão tardio deste ano, o bar exterior não foi aberto em Junho, o que fez com que o seu aluguer fosse inferior ao previsto.
15. A modalidade de indoorcycling, no conjunto das diversas opções de frequência, registou uma ligeira diminuição relativamente ao previsto.
16. Modalidades que registaram ligeiros aumentos, não previstos.
17. Estas modalidades de competição registaram, no seu conjunto, uma ligeira diminuição em relação ao previsto.
18. As modalidades de Jump e de Body Power registaram aumentos não previstos.

Considerações Gerais:

A maior parte das variações nos proveitos de exploração deve-se ao aumento da sua procura e/ou à transferência de umas modalidades para outras, devida pela alteração das preferências dos utentes, o que não é passível de previsão fundamentada. Na globalidade, verifica-se uma diminuição dos proveitos na ordem dos 4,6%, embora se tenha registado um acréscimo de cerca de 8.860 nas frequências de utentes.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **LOUSADA SÉCULO XXI - ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 [que evidencia um total de 2.258.619 euros e um total de capital próprio de 1.969.248 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 162.173 euros], as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de LOUSADA SÉCULO XXI - ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. em 31 de Dezembro de 2011, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:
  - 9.1. A tramitação do processo de impugnação judicial das liquidações adicionais de IVA, dos exercícios de 2004 a 2007, e de juros compensatórios, no valor de 123.593,17 euros, promovida pela Empresa em 2 de Abril de 2009, não apresenta progresso conhecido, excepto quanto à contestação por parte da Direcção de Finanças do Porto, Associado a este processo de impugnação judicial encontra-se o Processo de Execução Fiscal nº 1791200801035592, a correr termos nos Serviços de Finanças de Lousada, pelo qual se visa a cobrança coerciva do mesmo montante, processo que se encontra suspenso em virtude da prestação de garantia.

No que concerne aos fundamentos das liquidações, a Administração Fiscal considera que as verbas recebidas do Município de Lousada, a título de subsídios, estão sujeitas a IVA por consubstanciarem contraprestações pelos serviços prestados, enquanto que a Empresa, pelo contrário, entende que tais subvenções, por não se enquadrarem no disposto no n.º 5 do art.º 16.º do CIVA, não são tributáveis.

- 9.2. Pelo ofício nº 29.125, de 11/05/11 da Direcção de Finanças do Porto, a empresa foi notificada da revogação dos actos impugnados no Processo 14/11.5BEPNF, relativos a liquidação adicional de IVA e de juros compensatórios dos anos de 2008 e de 2009, no montante de 59.121,94 euros.

Porto, 21 de Março de 2012

Carlos Teixeira, Nôe Gomes,
Associado, sroc. lda.
CARLOS TEIXEIRA, NOE GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA. (n.º 28)
Representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro (ROC n.º 1009)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex.mo Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Lousada
LOUSADA

Em conformidade com o disposto na alínea g) do artigo 28º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e do artigo 20º dos estatutos da sociedade, apresentamos o relatório sobre a fiscalização e o parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da Empresa **LOUSADA SÉCULO XXI - ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M.**

Relatório

(1) No cumprimento do mandato que nos foi conferido e no âmbito das competências que nos são atribuídas no artigo 28º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e no artigo 20º dos estatutos e, subsidiariamente, por remissão do artigo 34º do mesmo diploma, das competências e deveres genéricos definidos nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos:

- à fiscalização da acção do Conselho de Administração;
- à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte;
- à análise da eventual existência, nos factos identificados no âmbito do trabalho realizado, de irregularidades ou dificuldades na prossecução do objecto da empresa que, nos termos da lei, devam ser comunicadas aos órgãos competentes;
- à verificação dos valores patrimoniais na posse da empresa;
- à remessa ao órgão executivo do município de Lousada do Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral, relativo ao 1º semestre;
- à disponibilização dos nossos serviços para a emissão, nos termos legais, dos pareceres eventualmente solicitados pelo Conselho de Administração, não tendo sido solicitado nenhum parecer;
- à emissão do parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício de 2011, consultado neste documento;
- à emissão, na qualidade de revisor oficial de contas, da certificação legal das contas.

(2) Para o desempenho das nossas funções usámos os poderes que, nos termos da já referida remissão do artigo 34º da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, nos são conferidos no artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, tendo:

- através do trabalho desenvolvido na qualidade de revisor oficial de contas efectuado as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas tidas por convenientes;
- obtido do Conselho de Administração e dos serviços, cuja prestimosa colaboração nos cumpre agradecer, as informações e esclarecimentos que solicitámos sobre os negócios, a actividade e a situação da sociedade.

(3) Em consequência da acção fiscalizadora desenvolvida, descrita no nosso relatório anual, e do exame das contas que conduziu à Certificação Legal das Contas que apresentámos, e em conformidade com o estabelecido no n.º3 do artigo 29º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, concluímos que:

- os actos da administração do nosso conhecimento se enquadram no objecto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato da sociedade;
- a contabilidade, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, o Anexo e o Mapa de execução anual do plano de investimentos satisfazem as disposições legais e estatutárias;
- o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras e clarifica a actividade desenvolvida e a situação da sociedade;
- os resultados operacionais de 2007, 2008, 2009 e 2010, acrescidos dos encargos financeiros, negativos, respectivamente, em 210.109 euros, 223.582 euros, 203.085 euros e 129.792 euros, não foram objecto de cobertura, o que contraria o disposto no art.º 31º da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro;
- para além das situações referidas no parágrafo anterior, não se tomou conhecimento de qualquer violação da lei ou do contrato de sociedade.

Parecer

(4) Nesta conformidade, somos de parecer que:

- sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2011 apresentados pelo Conselho de Administração;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão;
- seja feita, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do artigo 34º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, uma apreciação geral favorável da Administração da Sociedade.

Porto, 21 de Março de 2012

O Fiscal Único

Carlos Teixeira, Nôe Gomes,
& Associado, SROC, LDA

Jorge Marques Pereira Ribeiro

CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA. (n.º 28)
Representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro (ROC n.º 1009)

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE URBANISMO

Relação das decisões proferidas pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Daniel Machado Gomes, no uso da competência consignada na alínea a) do n.º5 do artigo 64 (Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos) que lhe foi subdelegada pelo Sr. Presidente em conformidade com o n.º 2 do Artigo 65º do decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.

Despacho de 28.02.2013 - Comunicação Prévia admitida:

Proc. n.º 91/CP/12 Lote n.º 11 - Comunicação Prévia para construção de edifício destinado a habitação unifamiliar e muro, sito em Lugar de Monte de Cima (Lote n.º 11), freguesia de Torno, em nome de Alberto Mendes Bessa.

Despacho de 04.03.2013 - Pedidos de licenciamento de obras aprovados:

Proc. n.º 66/11 - Licenciamento de obras de construção de edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Portela, freguesia de Lousada (São Miguel), em nome de António Manuel Marques Teixeira;
Proc. n.º 126/12 - Licenciamento de obras de construção de edifício destinado habitação unifamiliar e arrumos para alfaías agrícolas, sitos em Lugar de Pereiró, freguesia de Pias, em nome de Cidália do Carmo Ferreira Nunes.

Despacho de 04.03.2013 - Pedidos de prorrogação do prazo de execução de obras aprovados:

Proc. n.º 200/76 1.º Alv. n.º 378/76 Alv. Lic. Esp. n.º 12/12 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício (e anexo), sito em lugar de Soutelo, freguesia de Nespereira, em nome de António da Mota Quintela;

Proc. n.º 77/AUT/07 1.º Alv. n.º 72/10 Lote N.º 6 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a armazém, sito em lugar de Rebordelos, freguesia de Lustosa, em nome de Ivomóvel - Investimentos Imobiliários, S.A., inicialmente em nome de Arimpexa - Artigos de Importação e Exportação, Lda.

Despacho de 04.03.2013 - Pedido de licenciamento de obras (Licença Especial - Art.º 88 RJUE) aprovado:

Proc. n.º 477/88 1.º Alv. n.º 430/89 - Licenciamento de obras de construção (Licença Especial - art.º 88 RJUE) de edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Estrada do Meio, freguesia de Macieira, em nome de José Oliveira Pinto.

Despacho de 04.03.2013 - Pedido de substituição de titularidade de procedimento aprovado:

Proc. n.º 179/07 1.º Alv. n.º 64/09 - Substituição de titularidade de procedimento para alteração de edifício multifuncional, construção de anexo e construção de muro de vedação e suporte, sito em lugar de Sobreira, freguesia de Caíde de Rei, a favor de Manuel Joaquim Gonçalves Pinto (e outros), inicialmente em nome de Construções Plátano, Lda.

Despacho de 04.03.2013 - Pedidos de concessão de alvará de utilização aprovados:

Proc. n.º 201/88 1.º Alv. n.º 86/89 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação e comércio (frações "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g"), sito em Lugar da Mata, freguesia de Santo Estêvão Barrosas, em nome de Maria Margarida Lopes Pereira;

Proc. n.º 53/11 1.º Alv. n.º 78/12 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Juía, freguesia de Lodaes, em nome de Zulmira Irene Magalhães Pereira de Sousa;

Proc. n.º 90/07 1.º Alv. n.º 190/08 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Costa, freguesia de Cristelos, em nome de Nuno Miguel Camacho Valinhas;
Proc. n.º 108/08 1.º Alv. n.º 90/09 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Rua de Reguengo - n.º 326, freguesia de Cernadelo, em nome de Maria Rosa Ribeiro.

Despacho de 07.03.2013 - Comunicação Prévia (Alterações) admitida:

Proc. n.º 21/CP/10 Lote n.º 1 - Comunicação Prévia (Alterações) para ampliação de edifício destinado a habitação coletiva, sito em Lugar de Árvores, freguesia de Caíde de Rei, em nome de José Augusto Soares Ferreira.

Despacho de 07.03.2013 - Pedido de concessão de alvará de utilização aprovado:

Proc. n.º 18/CP/09 Lote n.º 4 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Rua Alto de Pereiró - n.º 45 (Lote n.º 4), freguesia de Pias, em nome de Artur da Costa Teixeira & Filhos, Lda.

Despacho de 07.03.2013 - Declarada a rejeição do seguinte procedimento (Comunicação Prévia):

Proc. n.º 72/AUT/07 Lote n.º1 -Declarada a rejeição de Comunicação Prévia referente a construção edifício destinado a habitação multifamiliar, sito em Lugar de Pombal (Lote n.º1), freguesia de Lustosa, em nome de Agostinho Carvalho e António Pereira Construções, Lda.

Despacho de 19.03.2013 - Pedido de concessão de alvará de utilização aprovado:

Proc.n.º367/82 - Concessão de alvará de utilização (ocupação) referente a edifício, sito em Avenida Major Arrochela Lobo, freguesia de Silvares, em nome de Santa Casa da Misericórdia de Lousada.

Despacho de 25.03.2013 - Pedido de concessão de alvará de utilização aprovado:

Proc. n.º 137/84 1.º Alv. n.º357/85 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Rua do Casal – n.º 210, freguesia de Figueiras, em nome de Luís Maria de Sousa Leal.

Despacho de 26.03.2013 - Pedidos de prorrogação do prazo de execução de obras aprovados:

Proc. n.º 183/08 Alv. n.º31/11 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em lugar de Gondariz, freguesia de Nespereira, em nome de Carla Patrícia Moreira Teixeira;

Proc. n.º 196/06 1.ºAlv. n.º 23/10 - Prorrogação do prazo de execução de obras de reconstrução de edifício destinado a habitação, sito em lugar de Bouça de Ferreiros, freguesia de Lousada (São Miguel), em nome de José António da Siva Ribeiro.

Despacho de 26.03.2013 - Pedidos de concessão de alvará de utilização aprovados:

Proc. n.º475/79 1.º Alv.n.º18/80 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Marlães, freguesia de Nespereira, em nome de Maria Fernanda Moreira Coelho; Proc. n.º475/79 1.ºAlv.n.º18/80 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Marlães, freguesia de Nespereira, em nome de Maria Olga Araújo Moreira de Sousa e Santos;

Proc. n.º 220/82 1.º Alv. n.º 634/83 - Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Sobreira, freguesia de Caíde de Rei, em nome de Alcídio Maximino da Cunha; Proc.n.º297/98 1.ºAlv.n.º167/99-Concessão de alvará de utilização referente a edifício destinado a habitação, sito em Lugar da Feira, freguesia de Caíde de Rei, em nome de Maria Elvira Madureira Ferreira de Magalhães.

ANÚNCIO (DMU)

Torna-se público que se encontra a tramitar nesta Câmara Municipal um pedido de alteração de licença de loteamento que incide sobre os lotes n.º 17 e 18, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 1/67, concedido a Fernando António Alves Ferreira, e formulado por Célia Vanessa Santos de Oliveira Bessa, proprietária dos referidos lotes, sito em Planície, freguesia de Lodares, deste Concelho.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, diploma com a redação concedida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março, e ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, torna-se público que os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento, têm o direito de se pronunciarem, querendo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, com início no dia seguinte à publicação do presente anúncio, sobre o pedido de alterações. Na falta de resposta, no prazo referido, considerar-se-á que nada têm a opor à alteração da licença da operação de loteamento.

Para tanto, informa-se que o respetivo processo encontra-se disponível para consulta dos interessados todos os dias úteis, das 9:00H às 12:30H e das 14:00H às 17:30H, na Câmara Municipal de Lousada. Lousada, 05 de abril de 2013

Por delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara (despacho de delegação de 2009/11/02)

O Vereador do Pelouro do Urbanismo,
(Pedro Daniel Machado Gomes, Dr.)

RESULTADOS DO CONTROLO DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUIDA À POPULAÇÃO 2013

Relatório Mensal (março 2013)

Em cumprimento com o estabelecido na alínea 1 do art.º8 do Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de Agosto, a Câmara Municipal de Lousada executa um programa de controlo da qualidade da água para consumo humano apresenta-

do à autoridade competente (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e informa os municípios sobre os resultados obtidos nas análises de demonstração de conformidade com as normas de qualidade.

Parâmetros Analisados*	Análises Realizadas	Unidades	Valores Obtidos		Decreto-Lei n.º 306/07		
			Min.	Max.	V.P.	> V.P.	% > V.P.

Análises do Tipo Controlo Rotina 1

Bactérias Coliformes	12	N/100mL	0	0	0	0	0%
Cloro residual disponível	12	mg/l Cl2	0,10	0,80	—	—	—
Escherichia coli	12	N/100mL	0	0	0	0	0%

Análises do Tipo Controlo Rotina 2

Amónio	2	mg/INH4	<0.05	<0.05	0,5	0	0%
Cheiro	2	Fact. Diluiç.	<1	<1	3	0	0%
Clostridium Perfringens	2	N/100mL	0	0	0	0	0%
Condutividade a 20°C	2	µS/cm	185	206	2500	0	0%
Cor (após filtração simples)	2	mg/L Pt-Co	<3	<3	20	0	0%
Número de colónias a 22°C	2	N/mL	0	0	100	0	0%
Número de colónias a 37°C	2	N/mL	0	0	20	0	0%
Oxidabilidade	2	mg/L O2	1,2	1,3	5	0	0%
pH	2	-	7,1	7,4	6,5 – 9,0	0	0%
Sabor	2	Factor diluição	<1	<1	3	0	0%
Turvação	2	NTU	<1	<1	4	0	0%
TOTAL **	58				0	0%	

[*]Apenas são apresentados os parâmetros mais relevantes, os restantes estão disponíveis nos serviços do município.

[**]Resultados referentes à totalidade dos parâmetros, incluindo os disponíveis nos serviços do município.